



Relatório Estatístico

Descentralização de Varas do Trabalho do Município do Rio de Janeiro



Secretaria de Desenvolvimento

Institucional

Março de 2015

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	2
2. ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	6
2.1. Divisão Administrativa do Território.....	6
2.2. Análise dos Dados Populacionais e de Mercado de Trabalho	13
2.2.1. População Residente	13
2.2.2. Mercado de Trabalho Formal	19
2.3. Análise da Demanda Processual	22
2.3.1. Dados dos Reclamados	23
2.3.2. Dados dos Reclamantes	28
2.3.3. Simulação de Quantidades de Varas do Trabalho.....	32
3. CONCLUSÕES.....	33
RELAÇÃO DE REFERÊNCIAS	34

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Grupo de Estudos para Descentralização e Regionalização de Varas do Trabalho, instituído pela Escola Judicial do TRT da 1ª Região e Coordenado pelo Excelentíssimo Desembargador Roque Lucarelli Dattoli, demandou à Presidência uma atualização dos dados que instruíram o debate institucional, em 2013, acerca da proposta de Descentralização de Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro. A Presidência, por sua vez, determinou que a Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDE) atendesse ao demandado pelo Grupo de Estudos.

Quando das primeiras análises acerca da demanda, a SDE verificou que poderia atualizar diretamente as informações relativas à divisão administrativa do município do Rio de Janeiro, ao mercado de trabalho formal e às variáveis de população residente, com base nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Instituto Pereira Passos - Prefeitura do município do Rio de Janeiro (IPP).

Por outro lado, considerando que os dados processuais dos estudos realizados em 2013 foram extraídos dos cadastros do sistema SAPWEB e, posteriormente, dos próprios autos físicos, a SDE ponderou que, para realizar a atualização demandada pelo Grupo de Estudos, seria necessária uma nova definição de critérios para levantamento de dados no sistema PJe, que é a única fonte detentora de informações acerca da demanda processual de 2013 e 2014 no município do Rio de Janeiro.

Objetivando definir os critérios de apuração dos dados brutos oriundos do sistema PJe, a SDE submeteu o tema e apresentou as abordagens utilizadas em outras análises ao Grupo de Estudos. Após reuniões realizadas na Escola Judicial, restaram definidas as seguintes diretrizes para a coleta dos dados brutos e estimativas de resultados de interesse:

- **População do estudo – processos de interesse:** conjunto de processos eletrônicos distribuídos para as 82 Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro em 2013 e 2014, cadastrados somente

sob as seguintes classes processuais da Tabela de Classes Unificadas do Poder Judiciário (CNJ):

- 1067 -> 985 - Ação Trabalhista Rito Ordinário
 - 1067 -> 1125 - Ação Trabalhista Rito Sumaríssimo
 - 1067 -> 1126 - Ação Trabalhista Rito Sumário Alçada
- **Tipo de levantamento de dados:** censitário, ou seja, todos os processos da população são avaliados no estudo. Consequentemente, os dados do sistema PJ-e podem ser completamente representados por quantidades pontuais, sem a necessidade de estipular/aceitar possíveis erros amostrais, o que levaria a resultados intervalares;
 - **Variáveis interesse:**
 - **Principais** - município e bairro de residência de todos os registros de reclamados e reclamantes associados aos processos da população do estudo, independentemente de repetições em processos distintos;
 - **Secundárias:** caracterizações adicionais associadas aos cadastros dos reclamantes e dos reclamados como, por exemplo, tipo de parte (pessoa física, pessoa jurídica e etc.);
 - **Estimativas:** após o levantamento dos dados brutos, realizar duas estimativas das quantidades de Varas do Trabalho que deveriam ser alocadas em cada região municipal do estudo (centro-sul; norte e oeste): uma considerando a distribuição espacial dos bairros dos reclamados e outra a distribuição espacial dos bairros dos reclamantes.

Após o estabelecimento dos critérios de interesse por parte do Grupo de Estudo, a SDE solicitou apoio ao Comitê Gestor Regional do Sistema e-Gestão, no sentido de vincular os critérios de interesse com as regras de apuração das variáveis do Sistema e-Gestão, de tal forma que a área de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região pudesse apurar os dados brutos.

O Comitê Gestor Regional do e-Gestão realizou o vínculo entre os critérios estipulados pelo Grupo de Estudos e as regras de negócio do sistema e-Gestão, assim como demandou à Secretaria de Soluções em Tecnologia da Informação (SST) a disponibilização dos dados. Contudo, foram ressaltados os seguintes aspectos acerca da qualidade das informações:

- *“A maioria das informações cadastrais das partes dos processos é oriunda dos próprios demandantes. Além disso, como os usuários do PJe-JT utilizam o sistema a pouco tempo, ainda existem inconsistências nos dados associados aos endereços das partes processuais como, por exemplo, bairros nulos;”*
- *“Com exceção de informações disponibilizadas pelo e-Gestão, não existem experiências acerca da extração de dados estatísticos oriundos do PJe-JT, ou seja, as áreas técnicas do TRT/RJ ainda não conhecem completamente o modelo e banco de dados do sistema. Esta característica pode ocasionar pequenos ruídos na extração de dados como, por exemplo, multiplicidade de registros de partes dentro do mesmo processo;”*
- *“As informações relativas aos endereços, às classes processuais e às unidades de localização do processo refletem a situação no momento da consulta ao banco de dados, sendo que, em alguns casos, não existe guarda de informações alteradas. Consequentemente, os dados ora disponibilizados, muito provavelmente, não poderão ser reproduzidos em sua integralidade em outros momentos;” e*
- *“As informações ora disponibilizadas foram extraídas diretamente do banco de dados do PJe-JT e não foram submetidos a nenhuma tipo de validação e homologação por parte do TST/CSJT ou TRT/RJ. Diante de todo o exposto, não resta garantida uma alta qualidade nas informações ora disponibilizada, conforme ocorre no sistema e-Gestão. Todavia, são os únicos dados que, momentaneamente, existem para auxiliar na instrução do tema de interesse.”*

Diante das informações transmitidas acerca dos dados disponibilizados pela SST, a única abordagem corretiva possível e necessária foi uma exclusão, por parte da SDE, de cadastros de reclamados e reclamantes que possuíam multiplicidade de registro dentro do mesmo processo. Os demais processos foram todos analisados e os resultados foram tabulados e apresentados.

Dessa forma, este relatório tem o objetivo de apresentar as informações e análises estatísticas realizadas pela SDE, que levou em consideração os critérios definidos pelo Grupo de Estudos acerca de Descentralização e Regionalização de Varas do Trabalho, os dados disponibilizados pelo IBGE, MTE, IPP e SST, assim como as ressalvas do Comitê Gestor Regional do e-Gestão.

2. ANÁLISE ESTATÍSTICA

Esta seção do estudo demandado pelo Grupo de Estudos acerca de Descentralização e Regionalização de Varas do Trabalho apresenta detalhadamente todas as variáveis mencionadas nas considerações iniciais. Inicialmente, contudo, se faz necessário expor breves considerações sobre as divisões territoriais do Município. Assim, a presente análise está dividida em três subseções - Divisão Administrativa do Território; Análise dos Dados Populacionais e de Mercado de Trabalho; e Análise da Demanda Processual.

2.1. Divisão Administrativa do Território

Esta subseção apresenta as informações oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro acerca das atuais divisões territoriais do Município e dos agrupamentos de áreas para fins de planejamento e gestão.

Ressalte-se que as características ora apresentadas são os pilares iniciais e fundamentais para todas demais análises contidas no presente relatório, pois indicam a granularidade e os agrupamentos espaciais dos dados aplicados sobre as demais variáveis.

Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), vinculados à Prefeitura, o município do Rio de Janeiro possui uma área de 1.224,56 Km², dividida em 5 grandes Áreas de Planejamento (AP), que são numeradas de 1 a 5 para as seguintes regiões, denominadas no presente estudo como:

- **Área de Planejamento 1 – AP1:** “Região do Centro”;
- **Área de Planejamento 2 – AP2:** “Região da Zona Sul”;
- **Área de Planejamento 3 – AP3:** “Região da Zona Norte”;
- **Área de Planejamento 4 – AP4:** “Região da Zona Oeste”; e
- **Área de Planejamento 5 – AP5:** “Região da Zona Extremo Oeste”.

As AP desdobram-se em 33 Regiões Administrativas (RA) que, por sua vez, agrupam os bairros oficiais do Município, organizados, atualmente, em 161 áreas territoriais, que são as granularidades espaciais mínimas consideradas em todas as análises. O Quadro 1 arrola o detalhamento espacial até o nível de bairro.

Quadro 1: Divisão administrativa do território do município do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento	Região Administrativa	Bairro
Área de Planejamento 1 (Região do Centro do Município)	1 – Portuária	Saúde
		Gamboa
		Santo Cristo
		Caju
	2 – Centro	Centro
		Lapa
	3 - Rio Comprido	Catumbi
		Rio Comprido
		Cidade Nova
		Estácio
	7 - São Cristóvão	Imperial de São Cristóvão
		Mangueira
		Benfica
Vasco da Gama		
21 – Paquetá	Paquetá	
23 - Santa Teresa	Santa Teresa	
Subtotal - AP1	6	16
Área de Planejamento 2 (Região da Zona Sul do Município)	4 – Botafogo	Flamengo
		Glória
		Laranjeiras
		Catete
		Cosme Velho
		Botafogo
		Humaitá
		Urca
	5 - Copacabana	Leme
		Copacabana
	6 - Lagoa	Ipanema
		Leblon
		Lagoa
		Jardim Botânico
		Gávea
		Vidigal
	8 – Tijuca	São Conrado
		Praça da Bandeira
Tijuca		
9 - Vila Isabel	Alto da Boa Vista	
	Maracanã	
	Vila Isabel	
	Andaraí	
27 – Rocinha	Grajaú	
	Rocinha	
Subtotal - AP2	6	25

Quadro 1: Divisão administrativa do território do município do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento	Região Administrativa	Bairro
Área de Planejamento 3 (Região da Zona Norte do Município) (continua)	10 – Ramos	Manguinhos
		Bonsucesso
		Ramos
		Olaria
	11 – Penha	Penha
		Penha Circular
		Brás de Pina
	31 - Vigário Geral	Cordovil
		Parada de Lucas
		Vigário Geral
		Jardim América
	12 - Inhaúma	Higienópolis
		Maria da Graça
		Del Castilho
		Inhaúma
		Engenho da Rainha
		Tomás Coelho
	13 – Méier	Jacaré
		São Francisco Xavier
		Rocha
		Riachuelo
		Sampaio
		Engenho Novo
		Lins de Vasconcelos
		Méier
		Todos os Santos
		13 - Méier
	Engenho de Dentro	
	Água Santa	
	Encantado	
	Piedade	
	Abolição	
	Pilares	
14 - Irajá	Vila Cosmos	
	Vicente de Carvalho	
	Vila da Penha	
	Vista Alegre	
	Irajá	
15 – Madureira	Colégio	
	Campinho	
	Quintino Bocaiúva	
	Cavalcanti	

Quadro 1: Divisão administrativa do território do município do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento	Região Administrativa	Bairro
Área de Planejamento 3		Engenheiro Leal
		Cascadura
		Madureira
		Vaz Lobo
		Turiaçu
		Rocha Miranda
		Honório Gurgel
		Oswaldo Cruz
		Bento Ribeiro
		Marechal Hermes
	20 - Ilha do Governador	Ribeira
		Zumbi
		Cacuaia
		Pitangueiras
		Praia da Bandeira
		Cocotá
		Bancários
		Freguesia
		Jardim Guanabara
		Jardim Carioca
		Tauá
		Moneró
		Portuguesa
		Galeão
	22 - Anchieta	Cidade Universitária
		Guadalupe
		Anchieta
		Parque Anchieta
	25 - Pavuna	Ricardo de Albuquerque
		Coelho Neto
Acari		
Barros Filho		
Costa Barros		
Pavuna		
28 – Jacarezinho	Parque Colúmbia	
	Jacarezinho	
29 - Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	
30 – Maré	Maré	
Subtotal - AP3	13	80

Quadro 1: Divisão administrativa do território do município do Rio de Janeiro.

Áreas de Planejamento	Região Administrativa	Bairro
Área de Planejamento 4 (Região da Zona Oeste do Município)	16 - Jacarepaguá	Jacarepaguá
		Anil
		Gardênia Azul
		Curicica
		Freguesia (Jacarepaguá)
		Pechincha
		Taquara
		Tanque
		Praça Seca
	Vila Valqueire	
	24 - Barra da Tijuca	Joá
		Itanhangá
		Barra da Tijuca
		Camorim
		Vargem Pequena
		Vargem Grande
		Recreio dos Bandeirantes
	Grumari	
	34 - Cidade de Deus	Cidade de Deus
Subtotal - AP4	3	19
Área de Planejamento 5 (Região da Zona "Extremo Oeste" do Município)	17 - Bangu	Padre Miguel
		Bangu
		Senador Camará
		Gericinó
	18 - Campo Grande	Santíssimo
		Campo Grande
		Senador Vasconcelos
		Inhoaíba
	19 - Santa Cruz	Cosmos
		Paciência
		Santa Cruz
	26 - Guaratiba	Sepetiba
		Guaratiba
		Barra de Guaratiba
	33 - Realengo	Pedra de Guaratiba
		Deodoro
Vila Militar		
Campo dos Afonsos		
Jardim Sulacap		
Magalhães Bastos		
Realengo		
Subtotal - AP5	5	21
Total	33	161

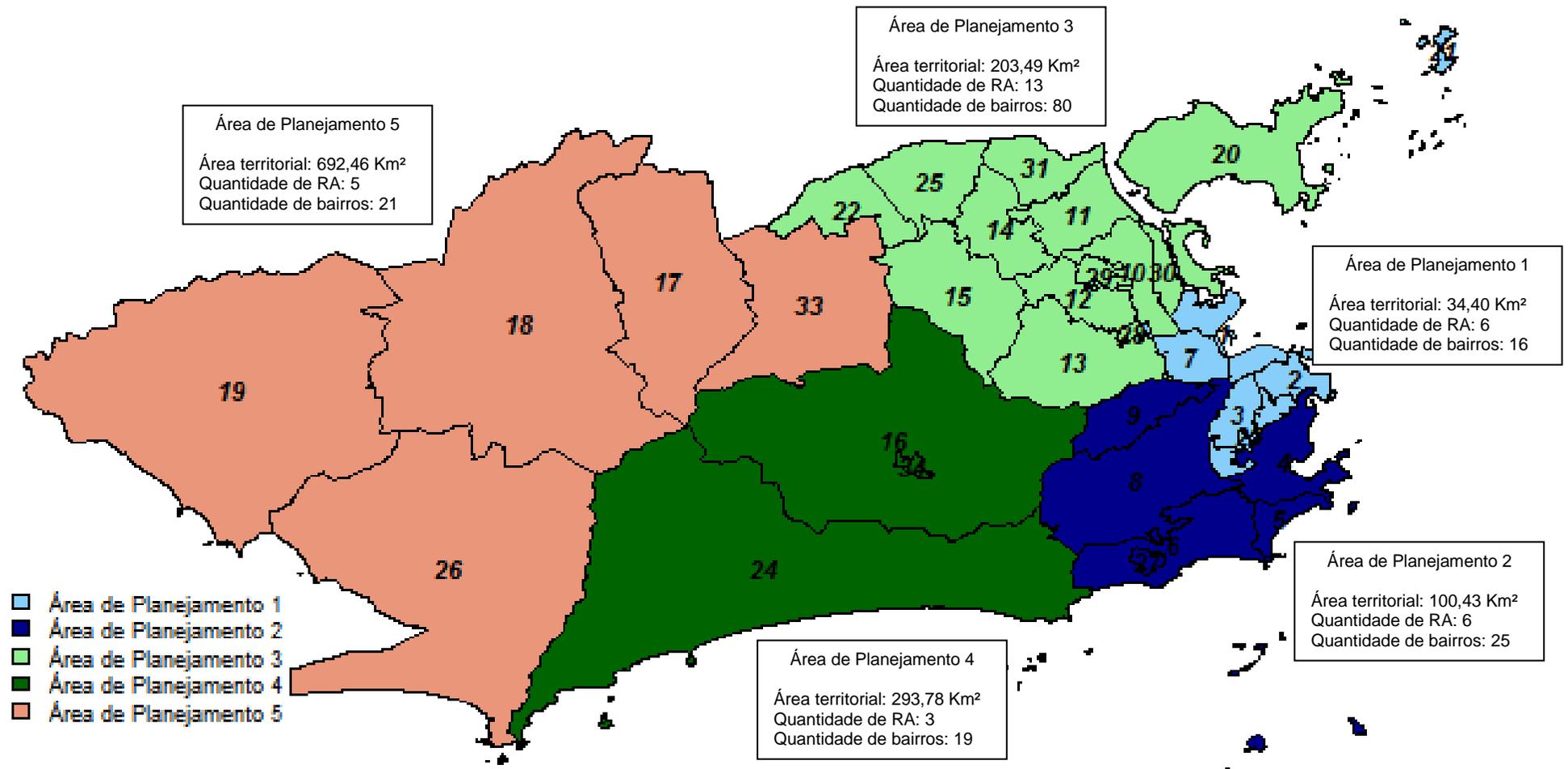
A Figura 1 abaixo apresenta o mapa do município do Rio de Janeiro dividido nas 33 Regiões Administrativas (RA), que estão agrupadas nas 5 Áreas de Planejamento (AP) segundo as cores, que são similares às contidas no Quadro 1.

Analisando as informações acerca dos tamanhos territoriais, constata-se que as representatividades de áreas das AP de 1 a 5 são, respectivamente, 2,8%, 8,2%, 16,6%, 24,0% e 48,4%. Consequentemente, a “Região da Zona Oeste” e a “Região da Zona Extremo Oeste” ocupam 72,4% da área total do Município.

Por outro lado, a “Região da Zona Norte” (AP3) apresenta as maiores quantidades de bairros em seu território, 80 bairros dos 161 no município, praticamente 50%.

Por fim, conforme detalhamento apresentado na legenda do mapa abaixo, necessário observar que, atualmente, não existe a Região Administrativa sob o número 32.

Figura 1: Mapa do município do Rio de Janeiro por Área de Planejamento e Região Administrativa.



Códigos das Regiões Administrativas						
1 Portuária	6 Lagoa	11 Penha	16 Jacarepaguá	21 Paquetá	26 Guaratiba	31 Vigário Geral
2 Centro	7 São Cristóvão	12 Inhaúma	17 Bangu	22 Anchieta	27 Rocinha	33 Realengo
3 Rio Comprido	8 Tijuca	13 Méier	18 Campo Grande	23 Santa Teresa	28 Jacarezinho	34 Cidade de Deus
4 Botafogo	9 Vila Isabel	14 Irajá	19 Santa Cruz	24 Barra da Tijuca	29 Complexo do Alemão	
5 Copacabana	10 Ramos	15 Madureira	20 Ilha do Governador	25 Pavuna	30 Maré	

2.2. Análise dos Dados Populacionais e de Mercado de Trabalho

Nesta subseção são apresentados os dados e análises acerca da população residente, dos vínculos de emprego e dos estabelecimentos formais no município do Rio de Janeiro, desagregados pelas divisões administrativas descritas na subseção anterior.

Conforme descrito em cada tópico abaixo, os dados utilizados nas análises são oriundos do IBGE, do IPP e do MTE. Por fim, todas as variáveis foram cotejadas com a proposta de descentralização apresentada em 2013.

2.2.1. População Residente

Os Censos demográficos do IBGE são as fontes oficiais do país em relação às características populacionais. Em 2010, no município do Rio de Janeiro, foram contabilizados 6.320.446 habitantes residentes, que, comparado ao quantitativo apurado em 2000, 5.857.904, teve aumento de 7,9% na década.

A Tabela 1 apresenta os quantitativos populacionais desagregados por AP em 2000 e 2010, assim como e as estimativas para 2015 e 2020, oriundas do armazém de dados do IPP.

Tabela 1: População Residente por Área de Planejamento. 2000 – 2020.

Área de Planejamento	População 2000		População 2010		População 2015		População 2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Estimativa	%	Estimativa	%
AP 1 (Região do Centro)	268.280	4,6	297.976	4,7	311.265	4,8	319.863	4,8
AP 2 (Região da Zona Sul)	997.478	17,0	1.009.170	16,0	1.014.402	15,5	1.017.787	15,3
AP 3 (Região da Zona Norte)	2.353.590	40,2	2.398.572	37,9	2.418.702	37,1	2.431.726	36,5
AP 4 (Região da Zona Oeste)	682.051	11,6	909.955	14,4	1.011.946	15,5	1.077.930	16,2
AP 5 (Região da Zona Extr. Oeste)	1.556.505	26,6	1.704.773	27,0	1.771.125	27,1	1.814.053	27,2
Total	5.857.904	100,0	6.320.446	100,0	6.527.441	100,0	6.661.359	100,0

Analisando os percentuais associados às regiões deste estudo, constata-se que, segundo as estimativas para 2015, na “Região da Zona Norte” e na “Região da Zona Extremo Oeste” residem, respectivamente, 37,1% e 27,1% da população municipal, totalizando 64,2%. Além disso, conforme esperado, a “Região do Centro” apresenta a menor representatividade (4,8%)

Em termos de variação das representatividades das regiões na população do Município, constata-se que, entre a realização dos dois últimos Censos oficiais do IBGE (2000 e 2010), a “Região da Zona Oeste” obteve o maior crescimento, passando de 11,6% para 14,4%. Por outro lado, merece observação a diminuição de representatividade observada de 2,3% e 1,0% na “Região da Zona Norte” e na “Região da Zona Sul”, respectivamente.

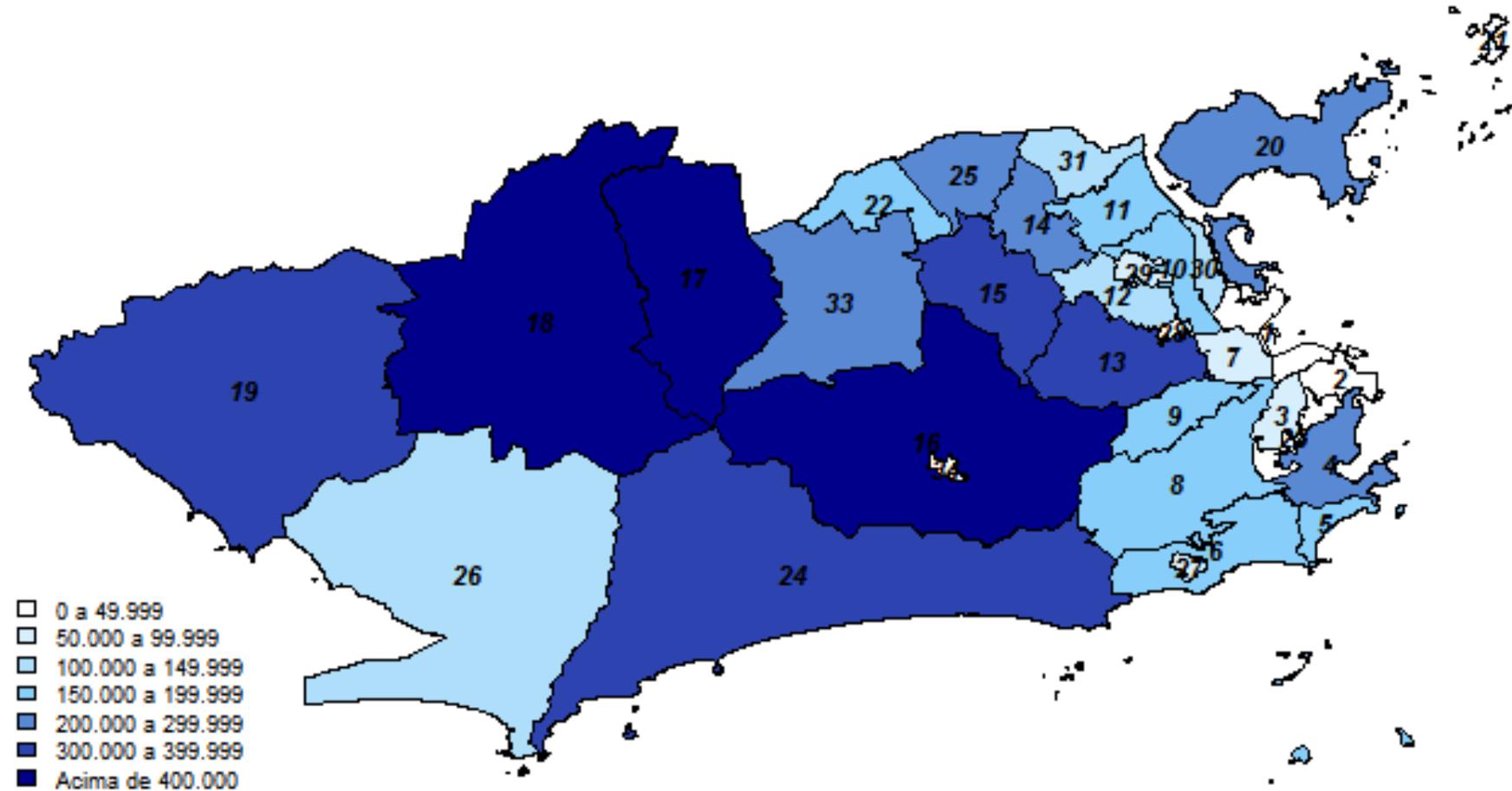
Verifica-se ainda que as características de variação da representatividade percentual prevista para ocorrer entre 2010-2015 e 2015-2020 são similares às representatividades ocorridas entre 2000 e 2010, contudo em menores níveis.

Analisando agora a possibilidade de uma descentralização de Varas do Trabalho nos moldes na proposta apresentada em 2013 pela Presidência ao Tribunal Pleno do TRT/RJ, sendo que a 1ª Região Municipal contemplaria as AP 1 e 2 (“Centro” e “Zona Sula”); a 2ª Região Municipal apenas a AP 3 (“Norte”); e a 3ª Região Municipal abrangeria as AP 4 e 5 (“Oeste” e “Extremo Oeste”). Considerando as estimativas de 2015, tem-se, portanto, que a 1ª Região Municipal atenderia 20,3% da população, a 2ª região 37,1% e a 3ª região 42,6%.

A Figura 2 apresenta o mapa das quantidades populacionais estimadas por RA do município do Rio de Janeiro em 2015. Constata-se que, em termos quantitativos, as RA vizinhas 16 – Jacarepaguá (AP4), 17 – Bangu (AP5) e 18 – Campo Grande (AP5) apresentam as maiores populações residentes, 618.682, 431.406 e 567.916 pessoas. Em seguida, aparecem as RA 13 – Méier (AP3), 15 – Madureira (AP3), 19 – Santa Cruz (AP5) e 24 – Barra da Tijuca (AP4), 397.467, 370.988, 394.152 e 357.420 pessoas. Necessário observar ainda que, todas as RA mencionadas possuem individualmente população superior ao total de Área de Planejamento 1 – “Região do Centro”.

Uma primeira análise, do ponto de vista da estatística espacial, revela que, aparentemente, existe um padrão de correlação entre as populações das RA limítrofes, sendo que, na maioria dos casos, as vizinhanças apresentam categorias quantitativas similares, principalmente dentro de cada AP.

Figura 2: Mapa dos Quantitativos Populacionais por Região Administrativa do município do Rio de Janeiro. 2015.



Códigos das Regiões Administrativas													
1	Portuária	6	Lagoa	11	Penha	16	Jacarepaguá	21	Paquetá	26	Guaratiba	31	Vigário Geral
2	Centro	7	São Cristóvão	12	Inhaúma	17	Bangu	22	Anchieta	27	Rocinha	33	Realengo
3	Rio Comprido	8	Tijuca	13	Méier	18	Campo Grande	23	Santa Teresa	28	Jacarezinho	34	Cidade de Deus
4	Botafogo	9	Vila Isabel	14	Irajá	19	Santa Cruz	24	Barra da Tijuca	29	Complexo do Alemão		
5	Copacabana	10	Ramos	15	Madureira	20	Ilha do Governador	25	Pavuna	30	Maré		

Diante de todo o exposto, além dos quantitativos populacionais absolutos registrados, sugere-se atenção, na tomada de decisão, ao padrão de variação populacional do município, principalmente o elevado acréscimo registrado em direção às AP 4 e 5 (“Região da Zona Oeste” e “Região da Zona Extremo Oeste”).

As Figuras 3 e 4 abaixo apresentam os padrões espaciais de variação populacional do município do Rio de Janeiro, segundo as 33 RA. As cores estão escalonadas no mapa, de tal forma a escala de cores em tons de vermelho representa decréscimo populacional, o branco representa estabilidade populacional e escala de tons de azul representam aumento populacional.

Analisando os mapas, resta corroborada a ideia de elevado acréscimo registrado em direção às AP 4 e 5, sendo que, com exceção da Cidade de Deus, todas as RA apresentam tendência de crescimento populacional. Por outro lado, necessário ressaltar os decréscimos registrados nas RA 6, 13, 15, 21 e 34.

Por fim, ressalte-se ainda que os indicadores econômicos, principalmente os de mercado formal de empregos, costumam não acompanhar a representatividade populacional, conforme será demonstrado nos próximos tópicos deste relatório. Esse descompasso entre variáveis também foi elucidado no estudo conduzido pelo IPP “Coleção de Estudos Cariocas, nº 2938”. Assim, sugere-se que as variáveis sejam sempre analisadas conjuntamente.

Figura 3: Mapa das Variações Percentuais da População por Região Administrativa do município do Rio de Janeiro. De 2000 a 2010.

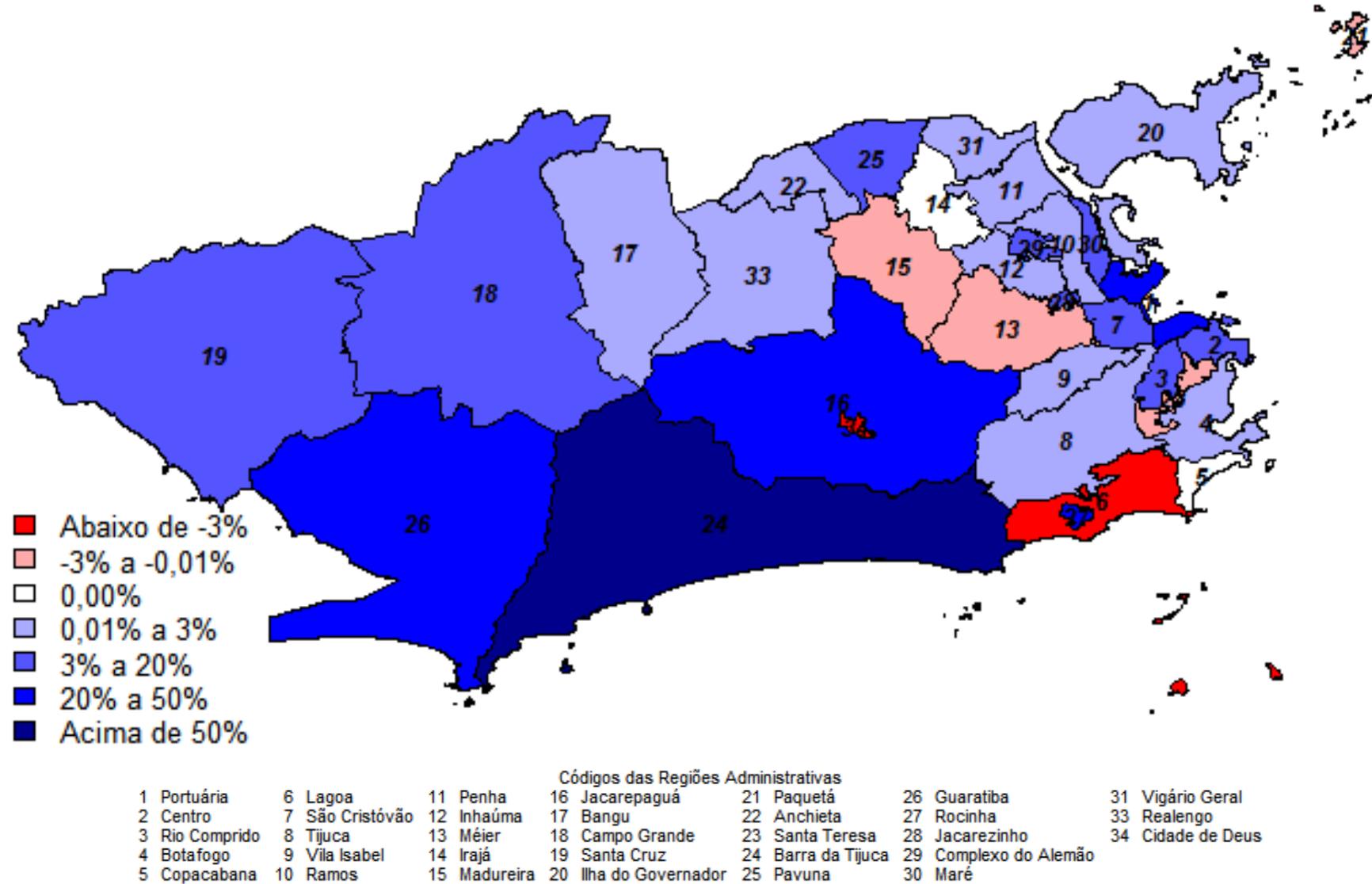
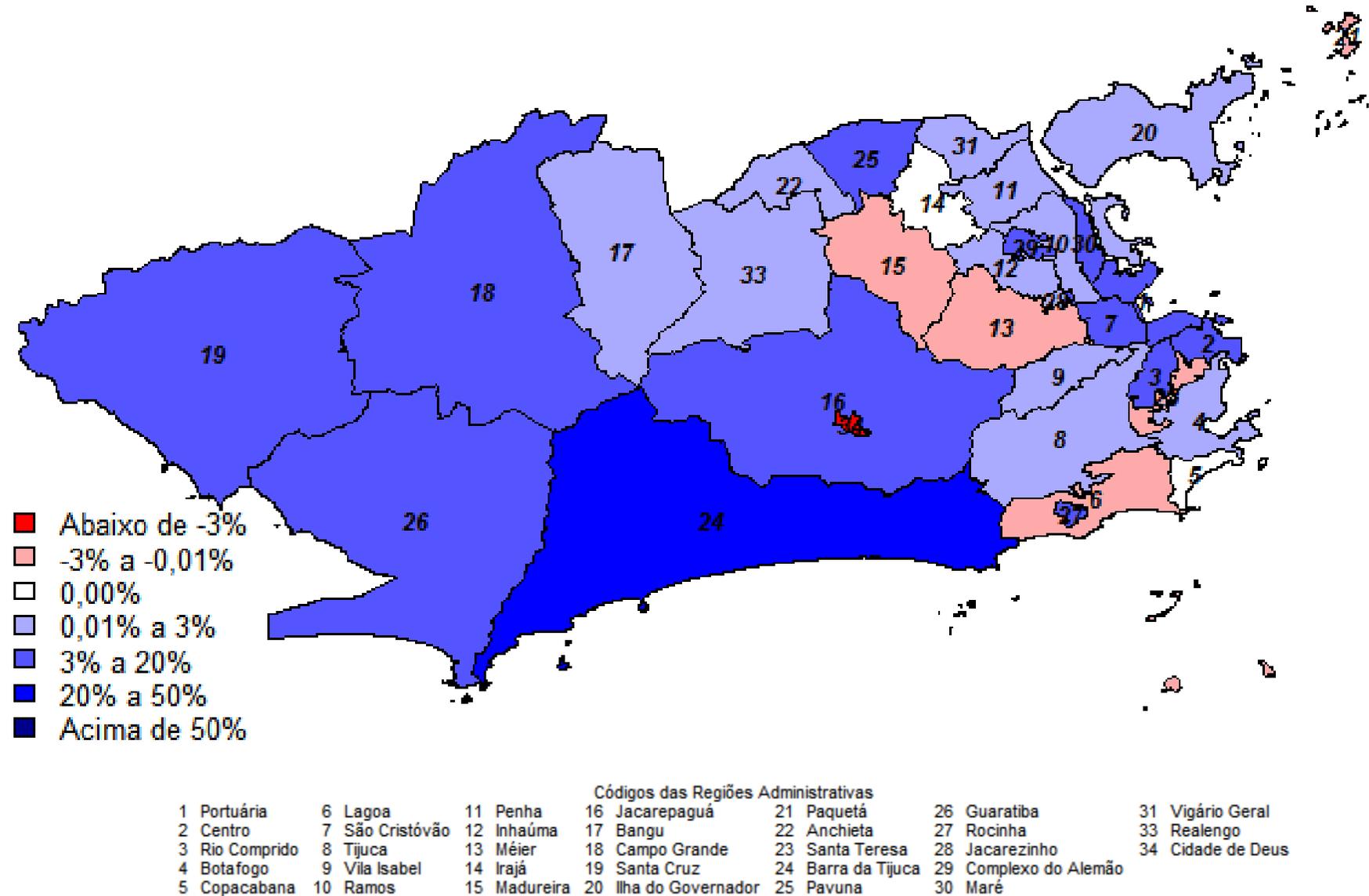


Figura 4: Mapa das Variações Percentuais Estimadas da População por RA do município do Rio de Janeiro. De 2010 a 2020.



2.2.2. Mercado de Trabalho Formal

Os dados da RAIS (MTE) são as fontes oficiais sobre o mercado de trabalho formal do país. Segundo as últimas informações disponibilizadas por RA, dados de 2013, no município do Rio de Janeiro, existiam 2.505.096 empregos formais, quantitativo que, comparado ao apurado em 2010 (2.336.056), aumentou 7,2%. Conforme esperado, o mercado de trabalho, igualmente à população residente, apresentou crescimento global significativo nos últimos anos.

Analisando o histórico dos empregos formais, constata-se que a AP1 – “Região do Centro” e a AP3 – “Região da Zona Norte” apresentam as maiores representações percentuais em todos os anos, seguidas de perto pela AP2 – “Região da Zona Sul”.

A Tabela 2 abaixo apresenta as quantidades de empregos formais por Área de Planejamento para os anos de 2010 e 2013.

Tabela 2: Empregos Formais por Área de Planejamento. 2013.

Área de Planejamento	Empregos 2010		Empregos 2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AP 1 (Região do Centro)	816.156	34,9	964.875	38,5
AP 2 (Região da Zona Sul)	444.881	19	448.315	17,9
AP 3 (Região da Zona Norte)	522.865	22,4	565.108	22,6
AP 4 (Região da Zona Oeste)	282.065	12,1	340.824	13,6
AP 5 (Região da Zona Extr. Oeste)	270.089	11,6	185.974	7,4
Total	2.336.056	100	2.505.096	100

Necessário ressaltar que a AP2 - “Região da Zona Sul” e a AP5 – “Região da Zona Extremo Oeste” apresentaram diminuição na representatividade percentual no estoque de empregos formais entre 2010 e 2013. Contudo, a AP5 foi a única que apresentou retração em termos de quantitativo absoluto, retornando aos patamares históricos anteriores a 2010.

Merece atenção ainda, os aumentos vertiginosos observados entre 2010 e 2013 nos quantitativos absolutos das AP1 – “Região do Centro” e AP4 – “Região da Zona Oeste”, que apresentaram acréscimos 18,2% e 20,8% na quantidade absoluta de empregos formais, respectivamente.

Cotejando agora os quantitativos de empregos formais com os de população residente apresentados na seção anterior, verifica-se uma situação invertida das representatividades. Por exemplo, a AP5 concentrava, em 2010, 27% da população residente, contudo possuía apenas 11,6% dos empregos formais. Por outro lado, a AP1 concentrava 4,7% da população e 34,9% dos empregos formais. Estas características corroboram a ideia de que os indicadores populacionais não servem para estimar individualmente propostas de descentralização de Varas do Trabalho, assim como não devem ser utilizadas para estimar quantidades de unidades necessárias.

Agrupando os dados de 2013 da Tabela 2 nas três Regiões Municipais sugeridas na subseção anterior (1ª: AP1 e AP2 – “Regiões do Centro e da Zona Sul”; 2ª: AP3 – “Região da Zona Norte”; e 3ª: AP4 e AP5 “Regiões da Zona Oeste”), constata-se que a 1ª região municipal abrangeria 56,4% dos empregos formais, a 2ª região municipal ficaria com 22,6% e a 3ª região municipal ficaria com 21,0%.

Passando à análise dos quantitativos de estabelecimentos formais, verifica-se que, em 2013, no município do Rio de Janeiro, estavam funcionando 129.637 estabelecimentos formais, quantitativo 3,4% superior ao registrado em 2010.

Tabela 3: Estabelecimentos Formais por Área de Planejamento. 2008 – 2010.

Área de Planejamento	Estabelecimentos 2010		Estabelecimentos 2013	
	Quantidade	%	Quantidade	%
AP 1 (Região do Centro)	24.335	19,4	25.078	19,3
AP 2 (Região da Zona Sul)	37.164	29,6	35.311	27,2
AP 3 (Região da Zona Norte)	30.851	24,6	32.816	25,3
AP 4 (Região da Zona Oeste)	21.020	16,8	23.679	18,3
AP 5 (Região da Zona Extr. Oeste)	12.007	9,6	12.753	9,8
Total	125.377	100	129.637	100

Analisando os quantitativos de estabelecimentos formais apresentados na Tabela 3, constata-se que, com exceção da AP2 - “Região da Zona Sul”, em todas as AP ocorreu aumento nos quantitativos ao longo do período avaliado e, além disso, o padrão das representatividades percentuais dentro dos anos avaliados é estável, sendo que o maior acréscimo foi evidenciado na AP 4 – “Região da Zona Oeste”, que passou de 16,8% para 18,3%.

Projetando as possíveis criações de regiões municipais sugeridas nos estudos realizados em 2013 (1ª: AP1 e AP2 – “Regiões do Centro e da Zona Sul”; 2ª: AP3 – “Região da Zona Norte”; e 3ª: AP4 e AP5 “Regiões da Zona Oeste”), constata-se que, para os dados de 2013, a 1ª região municipal ficaria com 46,6% dos estabelecimentos formais existentes, a 2ª região municipal ficaria com 25,3% e a 3ª região municipal com 28,1%. Ressalte-se que estas representatividades são muito similares às observadas com os empregos formais.

2.3. Análise da Demanda Processual

Esta seção objetiva analisar os dados sobre a demanda processual no município do Rio de Janeiro, considerando-se, para tal, todos os critérios, observações e métodos detalhados nas considerações iniciais, oriundos da atuação direta do Grupo de Estudos para Descentralização e Regionalização de Varas do Trabalho, instituído pela Escola Judicial do TRT da 1ª Região, do Comitê Gestor Regional do e-Gestão e da Secretaria de Desenvolvimento Institucional.

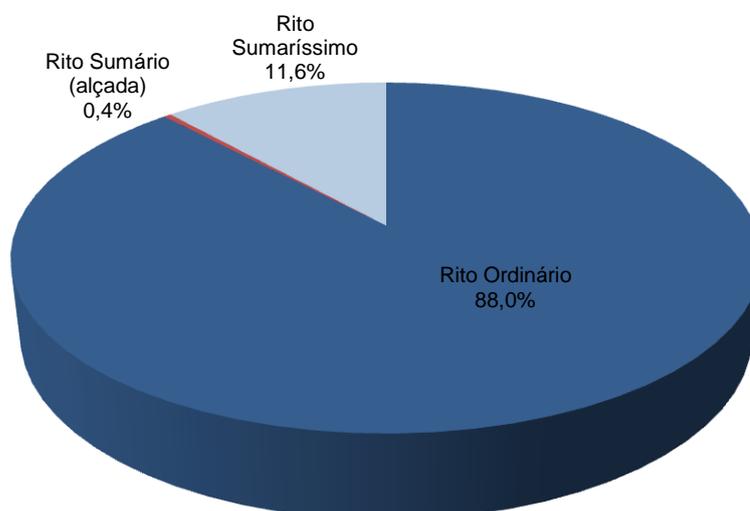
Ao todo, foram avaliados os cadastros de reclamantes e reclamados de 235.192 processos trabalhistas, sendo que, em relação ao ano de distribuição, constatou-se um equilíbrio entre as representatividades percentuais, conforme evidenciado na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4: Processos Eletrônicos distribuídos às Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro, segundo o ano de distribuição. 2013-2014.

Ano de Distribuição	Processos	
	Quantidade	%
2013	105.826	45,0
2014	129.366	55,0
Total	235.192	100

A Figura 5 apresenta o detalhamento dos processos avaliados segundo a classe processual unificada do Poder Judiciário. Verifica-se, portanto, que a maioria dos processos (88%) é da classe “Ação Trabalhista – Rito Ordinário”.

Figura 5: Processos distribuídos às Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro, segundo a classe processual. 2013-2014.



Necessário ressaltar que, conforme definido pelo Grupo de Estudos, as análises estatísticas conclusivas foram realizadas considerando os dados associados a todas as partes processuais (reclamados e reclamantes) cadastradas nos 235.192 processos integrantes da população de interesse. Conseqüentemente, por óbvio, os resultados apresentados nas subseções abaixo possuem quantitativos totais muito superiores à quantidade de processos distribuídos em 2013 e 2014.

2.3.1. Dados dos Reclamados

Foram avaliados os dados cadastrais de 341.837 reclamados associados aos processos distribuídos em 2013 e 2014. Por consequência, tem-se que em média existem, aproximadamente, 15 reclamados para 10 processos distribuídos.

Em relação às informações cadastrais das partes como reclamado principal ou não, tem-se que os dados são irrelevantes, pois quase a totalidade, 341.765, foram cadastrados no PJe como reclamados principais. A situação em relação ao “tipo de parte” (consignatário, curados, reclamado ou litisconsorte) é muito similar à questão dos reclamados principais, sendo que 341.837 dos registros eram de reclamados.

A Tabela 5 abaixo apresenta o detalhamento “tipo de pessoa” cadastrado para os reclamados avaliados. Constata-se que a grande maioria dos reclamados está cadastrada como pessoa jurídica.

Tabela 4: “Tipo de pessoa” dos cadastros dos reclamados.

Tipo Pessoa	Reclamado	
	Quantidade	%
Pessoa Jurídica	310.251	90,8
Pessoa Física	14.629	4,3
Entidades	7.700	2,3
Bancos Privados	2.667	0,8
Empresas Públicas	2.477	0,7
União/Instituições	1.771	0,5
Fundações Públicas Federais	592	0,2
Instituições de Ensino Públicas	553	0,2
Agências Reguladoras Federais	406	0,1
Autarquias Federais	387	0,1
Escritório de Advocacia	141	0,0
Instituições de Ensino Estaduais e Municipais	128	0,0

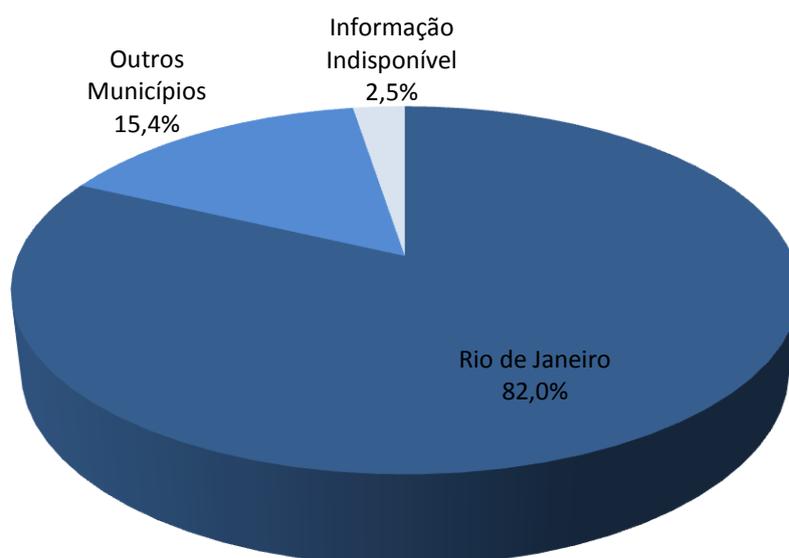
Tabela 4: “Tipo de pessoa” dos cadastros dos reclamados.

Tipo Pessoa	Reclamado	
	Quantidade	%
Advogado	65	0,0
Pessoa Autoridade	54	0,0
Hospitais	5	0,0
Autoridades	4	0,0
Perito	3	0,0
Servidor	2	0,0
Jus Postulandi	1	0,0
Serviços Sociais Autônomos	1	0,0
Total	341.837	100

Passando agora para a questão da distribuição espacial dos endereços dos reclamados, que é uma das variáveis principais do estudo demandado à Secretaria de Desenvolvimento Institucional, tem-se que, conforme demonstram os resultados na Figura 6 abaixo, a maioria dos reclamados (280.469 ou 82%) possui endereço cadastrado pertencente ao município do Rio de Janeiro.

As informações relativas aos demais municípios (52.673 ou 15,4%) são excessivamente dispersas, possuindo, inclusive, informações de diversos outros estados do país. Assim, conforme definido pelo Grupo de Estudo, neste momento, são necessárias análises mais sofisticadas para estes cadastros.

Figura 6: Município do cadastro dos reclamados.



Após a identificação dos municípios, foi possível analisar os bairros associados aos reclamados com endereço pertencente ao município do Rio de Janeiro. A Tabela 5 abaixo detalha os quantitativos e percentuais observados.

Tabela 5: Bairro dos cadastrados para os reclamados.

Bairro	Reclamado		Bairro	Reclamado	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Abolição	374	0,11	Curicica	765	0,22
Acari	53	0,02	Del Castilho	982	0,29
Água Santa	53	0,02	Deodoro	82	0,02
Alto da Boa Vista	118	0,03	Encantado	1.036	0,30
Anchieta	1.517	0,44	Engenheiro Leal	49	0,01
Andaraí	1.376	0,40	Engenho da Rainha	268	0,08
Anil	1.960	0,57	Engenho de Dentro	1.864	0,55
Bancários	167	0,05	Engenho Novo	1.172	0,34
Bangu	4.743	1,39	Estácio	656	0,19
Barra da Tijuca	21.739	6,36	Flamengo	1.509	0,44
Barra de Guaratiba	96	0,03	Freguesia	94	0,03
Barros Filho	419	0,12	Freguesia (Jacarepaguá)	3.832	1,12
Benfica	1.924	0,56	Galeão	2.681	0,78
Bento Ribeiro	580	0,17	Gamboa	482	0,14
Bonsucesso	6.756	1,98	Gardênia Azul	298	0,09
Botafogo	12.669	3,71	Gávea	1.082	0,32
Brás de Pina	642	0,19	Glória	1.073	0,31
Cachambi	633	0,19	Grajaú	794	0,23
Cacua	523	0,15	Grumari	1	0,00
Caju	1.214	0,36	Guadalupe	735	0,22
Camorim	173	0,05	Guaratiba	560	0,16
Campinho	1.013	0,30	Higienópolis	566	0,17
Campo dos Afonsos	126	0,04	Honório Gurgel	127	0,04
Campo Grande	8.551	2,50	Humaitá	597	0,17
Cascadura	835	0,24	Imperial de São Cristóvão	8.082	2,36
Catete	732	0,21	Inhaúma	1.751	0,51
Catumbi	166	0,05	Inhoaíba	975	0,29
Cavalcanti	226	0,07	Ipanema	3.506	1,03
Centro	57.897	16,94	Irajá	2.683	0,78
Cidade de Deus	190	0,06	Itanhangá	373	0,11
Cidade Nova	6.086	1,78	Jacaré	624	0,18
Cidade Universitária	604	0,18	Jacarepaguá	4.319	1,26
Cocotá	146	0,04	Jardim América	821	0,24
Coelho Neto	1.302	0,38	Jardim Botânico	1.080	0,32
Colégio	345	0,10	Jardim Carioca	421	0,12
Copacabana	5.852	1,71	Jardim Guanabara	842	0,25
Cordovil	971	0,28	Jardim Sulacap	383	0,11
Cosme Velho	144	0,04	Joá	67	0,02

Tabela 5: Bairro dos cadastrados para os reclamados.

Bairro	Reclamado		Bairro	Reclamado	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Cosmos	754	0,22	Lagoa	684	0,20
Costa Barros	46	0,01	Laranjeiras	1.041	0,30
Leblon	2.737	0,80	Rocha	1.158	0,34
Leme	160	0,05	Rocha Miranda	642	0,19
Lins de Vasconcelos	268	0,08	Rocinha	66	0,02
Madureira	3.378	0,99	Sampaio	175	0,05
Magalhães Bastos	116	0,03	Santa Cruz	3.097	0,91
Mangueira	286	0,08	Santa Teresa	262	0,08
Manguinhos	852	0,25	Santíssimo	169	0,05
Maracanã	1.868	0,55	Santo Cristo	1.648	0,48
Maré	521	0,15	São Conrado	1.199	0,35
Marechal Hermes	740	0,22	São Francisco Xavier	761	0,22
Maria da Graça	279	0,08	Saúde	780	0,23
Méier	2.240	0,66	Senador Camará	367	0,11
Moneró	187	0,05	Senador Vasconcelos	1.558	0,46
Olaria	1.819	0,53	Sepetiba	187	0,05
Oswaldo Cruz	708	0,21	Tanque	580	0,17
Paciência	1.246	0,36	Taquara	4.516	1,32
Padre Miguel	554	0,16	Tauá	718	0,21
Paquetá	12	0,00	Tijuca	7.592	2,22
Parada de Lucas	1.000	0,29	Todos os Santos	566	0,17
Parque Anchieta	110	0,03	Tomás Coelho	97	0,03
Pavuna	3.963	1,16	Turiação	211	0,06
Pechincha	1.594	0,47	Urca	122	0,04
Pedra de Guaratiba	190	0,06	Vargem Grande	596	0,17
Penha	2.541	0,74	Vargem Pequena	582	0,17
Penha Circular	3.554	1,04	Vasco da Gama	278	0,08
Piedade	1.063	0,31	Vaz Lobo	211	0,06
Pilares	1.617	0,47	Vicente de Carvalho	469	0,14
Pitangueiras	45	0,01	Vidigal	89	0,03
Portuguesa	237	0,07	Vigário Geral	1.607	0,47
Praça da Bandeira	1.491	0,44	Vila Cosmos	124	0,04
Praça Seca	740	0,22	Vila da Penha	931	0,27
Praia da Bandeira	123	0,04	Vila Isabel	2.381	0,70
Quintino Bocaiúva	461	0,13	Vila Militar	241	0,07
Ramos	3.742	1,09	Vila Valqueire	1.108	0,32
Realengo	3.213	0,94	Vista Alegre	355	0,10
Recreio dos Bandeirantes	4.005	1,17	Zumbi	25	0,01
Riachuelo	486	0,14	Indefinido	566	0,17
Ribeira	141	0,04	Subtotal - Rio de Janeiro	195.478	82,05
Ricardo de Albuquerque	174	0,05	Outros Municípios	52.673	15,41
Rio Comprido	3.302	0,97	Município Nulo	8.695	2,54
Total				341.837	100,00

Os três maiores quantitativos de bairros são associados às áreas centrais da AP1 (Bairro Centro - 16,94%), da AP2 (Bairro Botafogo – 3,71%) e da AP4 (Bairro Barra da Tijuca – 6,36%). Ou seja, os três bairros ora referenciados concentram mais de ¼ de todos os reclamos do município do Rio de Janeiro.

As informações espaciais desagregadas por bairro são importantes para identificar as localidades que concentram a maioria dos reclamados, contudo para fins de uma análise conclusiva acerca de uma possível descentralização de Varas do trabalho, se faz necessária uma agregação de resultados pelas cinco AP, apresentada na Tabela 6 abaixo.

Projetando as possíveis criações de regiões municipais sugeridas nos estudos realizados em 2013 (1ª: AP1 e AP2 – “Regiões do Centro e da Zona Sul”; 2ª: AP3 – “Região da Zona Norte”; e 3ª: AP4 e AP5 “Regiões da Zona Oeste”), constata-se que a 1ª região municipal ficaria com 38,9% dos registros de reclamados, a 2ª região municipal ficaria com 25,3% e a 3ª região municipal com 28,1%. Além disso, existem outros 18% de cadastros não associados ao município do Rio de Janeiro e que merecendo atenção quando da tomada de decisão para quantificação de Varas do Trabalho.

Tabela 6: Quantidade de Registros de Reclamados por Área de Planejamento.

Município	Área de Planejamento	Reclamados	
		Quantidade	% ²
Rio de Janeiro	AP1 ("Região do Centro")	83.075	24,3
	AP2 ("Região da Zona Sul")	49.962	14,6
	AP3 ("Região da Zona Norte")	72.220	21,1
	AP4 ("Região da Zona Oeste")	47.438	13,9
	AP5 ("Região da Zona Extremo Oeste")	27.208	8,0
	Indefinido ou Não Oficial	566	0,2
	Subtotal - Município do RJ	280.469	82,0
	Outros Municípios	52.673	15,4
	Informação Nula	8.695	2,5
	Total	341.837	100,0

2.3.2. Dados dos Reclamantes

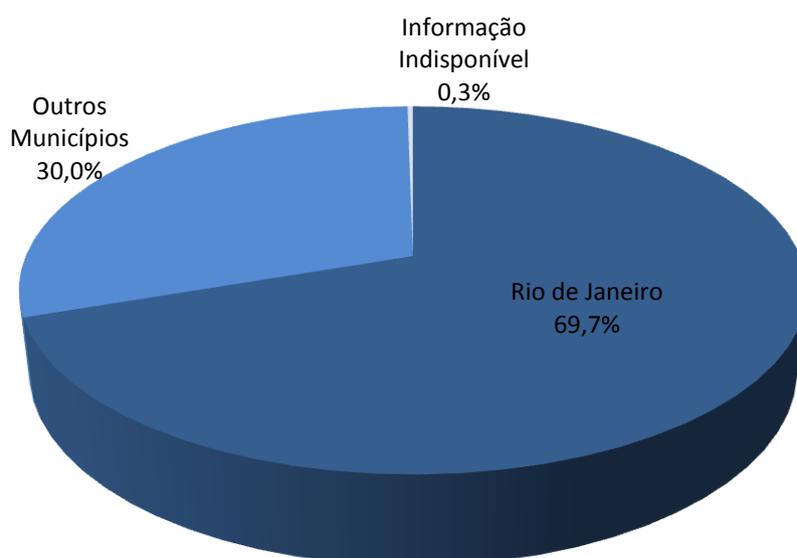
Os dados cadastrais de reclamantes totalizaram 239.061 registros associados aos 235.192 processos distribuídos em 2013 e 2014.

Para os reclamantes, as informações relativas às variáveis secundárias de descrição dos cadastros são irrelevantes do ponto de vista quantitativo, uma vez que mais 99% dos registros são de reclamantes principais, cadastrados como pessoas físicas.

Analisando, então, a questão da distribuição espacial dos registros de endereços de reclamantes, tem-se que, conforme demonstram os resultados na Figura 7 abaixo, a maioria dos registros de reclamantes (166.701 ou 69,7%) possui endereço cadastrado pertencente ao município do Rio de Janeiro.

Necessário ressaltar também o elevado quantitativo de registros associados aos outros municípios (71.739 ou 30,0%), que é disperso, possuindo, inclusive, informações de diversos outros estados do país. Assim, conforme definido pelo Grupo de Estudo, neste momento, são necessárias análises mais sofisticadas para estes cadastros.

Figura 7: Processos distribuídos às Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro, segundo a classe processual. 2013-2014.



Após a identificação dos municípios, foi possível analisar os bairros associados aos reclamantes com endereço pertencente ao município do Rio de Janeiro. A Tabela 7 abaixo detalha os quantitativos e percentuais observados.

Tabela 7: Bairro dos cadastrados para os reclamantes.

Bairro	Reclamantes		Bairro	Reclamantes	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Abolição	368	0,15	Cosmos	2.259	0,94
Acari	579	0,24	Costa Barros	922	0,39
Água Santa	120	0,05	Curicica	1.235	0,52
Alto da Boa Vista	273	0,11	Del Castilho	555	0,23
Anchieta	2.076	0,87	Deodoro	332	0,14
Andaraí	670	0,28	Encantado	381	0,16
Anil	2.071	0,87	Engenheiro Leal	223	0,09
Bancários	363	0,15	Engenho da Rainha	644	0,27
Bangu	8.132	3,40	Engenho de Dentro	1.321	0,55
Barra da Tijuca	1.689	0,71	Engenho Novo	1.187	0,50
Barra de Guaratiba	76	0,03	Estácio	575	0,24
Barros Filho	537	0,22	Flamengo	757	0,32
Benfica	1.199	0,50	Freguesia	443	0,19
Bento Ribeiro	1.271	0,53	Freguesia (Jacarepaguá)	1.615	0,68
Bonsucesso	2.682	1,12	Galeão	574	0,24
Botafogo	1.113	0,47	Gamboa	332	0,14
Brás de Pina	1.405	0,59	Gardênia Azul	1.205	0,50
Cachambi	862	0,36	Gávea	1.457	0,61
Cacua	317	0,13	Glória	299	0,13
Caju	632	0,26	Grajaú	705	0,29
Camorim	322	0,13	Guadalupe	1.387	0,58
Campinho	342	0,14	Guaratiba	2.976	1,24
Campo dos Afonsos	45	0,02	Higienópolis	347	0,15
Campo Grande	10.140	4,24	Honório Gurgel	665	0,28
Cascadura	959	0,40	Humaitá	177	0,07
Catete	349	0,15	Imperial de São Cristóvão	1.525	0,64
Catumbi	469	0,20	Inhaúma	1.635	0,68
Cavalcanti	434	0,18	Inhoaíba	2.076	0,87
Centro	2.992	1,25	Ipanema	322	0,13
Cidade de Deus	1.478	0,62	Irajá	2.321	0,97
Cidade Nova	204	0,09	Itanhangá	1.429	0,60
Cidade Universitária	32	0,01	Jacaré	1.074	0,45
Cocotá	201	0,08	Jacarepaguá	2.661	1,11
Coelho Neto	1.133	0,47	Jardim América	821	0,34
Colégio	849	0,36	Jardim Botânico	221	0,09
Copacabana	2.207	0,92	Jardim Carioca	652	0,27
Cordovil	1.224	0,51	Jardim Guanabara	410	0,17
Cosme Velho	114	0,05	Jardim Sulacap	472	0,20

Tabela 7: Bairro dos cadastrados para os reclamantes.

Bairro	Reclamantes		Bairro	Reclamantes	
	Quantidade	%		Quantidade	%
Joá	11	0,00	Rio Comprido	1.041	0,30
Lagoa	165	0,07	Rocha	1.158	0,34
Laranjeiras	468	0,20	Rocha Miranda	642	0,19
Leblon	406	0,17	Rocinha	66	0,02
Leme	190	0,08	Sampaio	175	0,05
Lins de Vasconcelos	655	0,27	Santa Cruz	3.097	0,91
Madureira	1.412	0,59	Santa Teresa	262	0,08
Magalhães Bastos	678	0,28	Santíssimo	169	0,05
Mangueira	554	0,23	Santo Cristo	1.648	0,48
Manguinhos	955	0,40	São Conrado	1.199	0,35
Maracanã	383	0,16	São Francisco Xavier	761	0,22
Maré	1.694	0,71	Saúde	780	0,23
Marechal Hermes	1.202	0,50	Senador Camará	367	0,11
Maria da Graça	169	0,07	Senador Vasconcelos	1.558	0,46
Méier	1.191	0,50	Sepetiba	187	0,05
Moneró	140	0,06	Tanque	580	0,17
Olaria	1.451	0,61	Taquara	4.516	1,32
Oswaldo Cruz	902	0,38	Tauá	718	0,21
Paciência	3.215	1,34	Tijuca	7.592	2,22
Padre Miguel	1.920	0,80	Todos os Santos	566	0,17
Paquetá	71	0,03	Tomás Coelho	97	0,03
Parada de Lucas	739	0,31	Turiação	211	0,06
Parque Anchieta	604	0,25	Urca	122	0,04
Pavuna	2.497	1,04	Vargem Grande	596	0,17
Pechincha	994	0,42	Vargem Pequena	582	0,17
Pedra de Guaratiba	386	0,16	Vasco da Gama	278	0,08
Penha	1.894	0,79	Vaz Lobo	211	0,06
Penha Circular	1.286	0,54	Vicente de Carvalho	469	0,14
Piedade	1.287	0,54	Vidigal	89	0,03
Pilares	849	0,36	Vigário Geral	1.607	0,47
Pitangueiras	177	0,07	Vila Cosmos	124	0,04
Portuguesa	428	0,18	Vila da Penha	931	0,27
Praça da Bandeira	234	0,10	Vila Isabel	2.381	0,70
Praça Seca	1.625	0,68	Vila Militar	241	0,07
Praia da Bandeira	87	0,04	Vila Valqueire	1.108	0,32
Quintino Bocaiúva	877	0,37	Vista Alegre	355	0,10
Ramos	2.429	1,02	Zumbi	25	0,01
Realengo	5.644	2,36	Indefinido	646	0,27
Recreio dos Bandeirantes	1.608	0,67	Subtotal - Rio de Janeiro	166.701	69,73
Riachuelo	273	0,11	Outros Municípios	71.739	30,01
Ribeira	90	0,04	Município Nulo	621	0,26
Ricardo de Albuquerque	684	0,20	Total	239.061	100,00

As informações espaciais desagregadas por bairro são importantes para identificar as localidades que concentram a maioria dos demandantes diretos dos serviços da Justiça do Trabalho, contudo, se faz necessária uma agregação de resultados pelas cinco AP, apresentada na Tabela 8 abaixo.

Analisando a possibilidade de criações de regiões municipais sugeridas nos estudos realizados em 2013 (1ª: AP1 e AP2 – “Regiões do Centro e da Zona Sul”; 2ª: AP3 – “Região da Zona Norte”; e 3ª: AP4 e AP5 “Regiões da Zona Oeste”), tem-se que a 1ª região municipal teria apenas 11,5% dos registros de reclamantes, a 2ª região municipal ficaria com 26,4% e a 3ª região municipal com 31,6%.

De toda sorte, optando-se por utilizar esta variável para fins de quantificação de Varas do Trabalho, se faz muito importante observar os 30% de cadastros não associados ao município do Rio de Janeiro.

Tabela 8: Quantidade de Registros de Reclamantes por Área de Planejamento.

Município	Área de Planejamento	Reclamantes	
		Quantidade	%²
Rio de Janeiro	AP1 ("Região do Centro")	11.109	4,6
	AP2 ("Região da Zona Sul")	16.442	6,9
	AP3 ("Região da Zona Norte")	63.048	26,4
	AP4 ("Região da Zona Oeste")	24.104	10,1
	AP5 ("Região da Zona Extremo Oeste")	51.352	21,5
	Indefinido ou Não Oficial	646	0,3
	Subtotal - Município do RJ	166.701	69,7
Outros Municípios		71.739	30,0
Informação Nula		621	0,3
Total		239.061	100,0

2.3.3. Simulação de Quantidades de Varas do Trabalho

Conforme apresentando ao longo deste relatório, o Grupo de Estudo tem interesse em estimar inicialmente quantidades de Varas do Trabalho associadas aos resultados contidos nas Tabelas 6 e 8, aqui definidas da seguinte maneira:

$$Q_i = \frac{R_i \times 82}{100}, \quad i = 1, 2, 3 \dots;$$

sendo:

Q_i a quantidade de Varas do Trabalho estimadas para i -ésima linha da tabela; e
 R_i a representatividade percentual da variável na i -ésima linha da tabela;

Cabe ressaltar que a fórmula acima impõe homogeneidade de demanda em todas as Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro.

A Tabela 9 apresenta as estimativas de Q_i calculadas utilizando individualmente os resultados dos cadastros dos reclamados e dos reclamantes. Conforme evidenciam os resultados, existe sensível diferença entre as estimativas sob as duas abordagens consideradas.

Tabela 9: Estimativas de Quantidades de Varas do Trabalho segundo as representatividades percentuais dos endereços dos reclamados e dos reclamantes.

Área de Planejamento	Endereço Reclamados		Endereço Reclamantes	
	% Tabela 6	Quantidade de Varas	% Tabela 8	Quantidade de Varas
AP1 ("Região do Centro")	24,3	20	4,6	4
AP2 ("Região da Zona Sul")	14,6	12	6,9	6
AP3 ("Região da Zona Norte")	21,1	17	26,4	22
AP4 ("Região da Zona Oeste")	13,9	11	10,1	8
AP5 ("Região da Zona Extremo Oeste")	8,0	7	21,5	17
Indefinido ou Não Oficial	0,2	0	0,3	0
Subtotal – Rio de Janeiro	82,0	67	69,7	57
Outros Municípios	15,4	13	30,0	25
Informação Nula	2,5	2	0,3	0
Total	100,0	82	100,0	82

Nota: Em alguns casos, foi necessário arredondar as estimativas utilizando truncamento.

3. CONCLUSÕES

Este relatório objetivou cumprir determinação da Presidência, no sentido de atender ao demandado pelo Grupo de Estudos para Descentralização e Regionalização de Varas do Trabalho, instituído pela Escola Judicial do TRT da 1ª Região e Coordenado pelo Excelentíssimo Desembargador Roque Lucarelli Dattoli. O escopo principal foi atualizar os dados acerca da origem da demanda processual das Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro para o período de 2013 e 2014.

Os resultados apresentados em todos os tópicos do relatório podem auxiliar nas tomadas de decisão inerentes a uma eventual nova proposta de descentralização das Varas do Trabalho do município do Rio de Janeiro. Ressalte-se, contudo, que o foco da análise é meramente estatístico, ou seja, não levam em consideração questões de ordens legais, logísticas, orçamentárias e políticas.

As análises das variáveis populacionais e de mercado de trabalho formal apresentadas sugerem a formação de possíveis conglomerados espaciais dentro das Áreas de Planejamento.

A atualização prevista no escopo principal revelou que os resultados associados aos processos eletrônicos distribuídos em 2013 e 2014 são próximos aos encontrados nos estudos realizados em 2013, que consideraram os dados do SAPWEB e do inventário amostral em autos físicos. Infere-se, portanto, que a alteração drástica na forma da prestação jurisdicional (Sistema PJe) não alterou significativamente os padrões de origem da demanda.

Por fim, foram realizados cálculos para simular a quantificação de Varas do Trabalho necessárias para as Áreas de Planejamento do município do Rio de Janeiro (Tabela 9). Verificou-se a existência de diferença moderada entre os resultados encontrados sob as duas abordagens utilizadas: endereços dos reclamantes e dos reclamados. Há também elevados quantitativos de endereços pertencentes a outros municípios nos dados cadastrais das partes (15% para reclamados e 30% para reclamantes), a serem considerados em possíveis tomadas de decisão.

RELAÇÃO DE REFERÊNCIAS

- 1) Informações, estudos e dados estatísticos do Instituto Pereira Passos
<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/>
- 2) Dados dos Censos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm
- 3) Dados do Ministério do Trabalho e Emprego sobre Mercado de Trabalho
<http://geo.dieese.org.br/rio/>
<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>
- 4) Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário
<http://www.cnj.jus.br/sgt/versoes.php>